

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 487.558 - SP (2014/0054837-1)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE CAVALO
ÁRABE - ABCCA
AGRAVANTE : JOÃO ROBERTO SORVILLO
AGRAVANTE : GILMAR ROBERTO PEREIRA CAMURRA
ADVOGADO : EDUARDO DE JESUS VICTORELLO E OUTRO(S) - SP043094
AGRAVANTE : ANTÔNIO ABEL GOMES DAVID
AGRAVANTE : LUIZ FERNANDO BRANDT
AGRAVANTE : MARIA ALEXANDRINA COSTA BRANDT
ADVOGADA : MARIA ALEXANDRINA COSTA BRANDT - SP138449
AGRAVADO : JOSÉ PRÓSPERO DE CARVALHO GRISI
ADVOGADO : MARCELO PINHEIRO PINA - SP147267

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos interposto por ANTÔNIO ABEL GOMES DAVID, LUIZ FERNANDO BRANDT e MARIA ALEXANDRINA COSTA BRANDT contra decisão que inadmitiu o recurso especial em virtude da ausência de omissão do acórdão recorrido quanto à violação do art. 535, I e II, do CPC/1973 e por não ter sido demonstrada a violação de dispositivo de Lei.

O acórdão impugnado tem a seguinte ementa (e-STJ, fl. 570):

PRESCRIÇÃO - Ação Indenizatória - Não ocorrência - Direito invocado que estava sendo judicialmente discutido - Causa que obsta o curso do prazo prescricional - Não escoado o prazo do art. 206, § 3º, V, do Código Civil - Decreto de extinção do processo afastado e determinado o regular prosseguimento do feito no juízo de origem - Recurso provido para esse fim.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 594/598).

Nas razões do recurso especial, fundamentadas no art. 105, III, "a", da CF (e-STJ, fls. 617/632), os recorrentes apontam violação dos arts. 269, IV, e 535, I e II, do CPC/1973 e 189, 206, § 3º, V, e 2.028 do CC/2002 (e-STJ, fl. 629).

Contrarrazões apresentadas (e-STJ, fls. 711/714).

Irresignados, os agravantes interpõem agravo (e-STJ, fls. 740/754), buscando refutar os óbices apontados pela Corte estadual.

É o relatório.

Decido.

De início, cumpre salientar que o presente recurso será examinado à luz do Enunciado n. 2 do Plenário do STJ: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até*

então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

O inconformismo não merece prosperar.

O agravo que deixa de refutar especificamente os fundamentos da decisão agravada não é passível de conhecimento, em virtude de expressa previsão legal (art. 544, § 4º, I, do CPC/1973) e da aplicação, por analogia, da Súmula n. 182/STJ.

Confira-se:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL E MATERIAL. PACOTE TURÍSTICO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. ACÓRDÃO ALINHADO À JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. SÚMULA Nº 182 DO STJ. QUANTUM INDENIZATÓRIO. FIXAÇÃO COM BASE NAS CIRCUNSTÂNCIAS PECULIARES DO CASO CONCRETO. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO. SÚMULA Nº 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL PARCIALMENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. [...].

2. **É pacífico o entendimento desta Corte no sentido de que o agravante deve impugnar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do especial interposto, sob pena de não ser conhecido, conforme os termos da Súmula nº 182 do STJ.**

3. [...]

4. Agravo parcialmente conhecido e não provido.

(AgRg no AREsp 795.251/RJ, Relator Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/6/2016, DJe 1º/7/2016.)

No caso dos autos, não foram impugnados os fundamentos relativos a não ocorrência de violação do art. 535, I e II, do CPC/1973.

Nesse sentido:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/73. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284 DO STF. RAZÕES DO AGRAVO QUE NÃO IMPUGNAM, ESPECIFICAMENTE, O ALUDIDO FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ. ALEGADA VIOLAÇÃO AOS ARTS. 131, 333, I, 334, III E IV, 459, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC/73 E 110, 142, 145, 146, E 149 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. DECADÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. ISSQN. INCIDÊNCIA SOBRE SERVIÇOS BANCÁRIOS. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA. CABIMENTO. TEMA DECIDIDO EM RECURSO ESPECIAL REPETITIVO (RESP 1.111.234/PR). REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO PARCIALMENTE CONHECIDO, E, NESSA PARTE, IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão monocrática que julgara recurso interposto contra decisum publicado na vigência do CPC/73.

II. [...].

III. Interposto **Agravo interno com razões que não impugnam, especificamente, o fundamento da decisão agravada**, relativo à incidência da Súmula 284 do STF, no que se refere à alegada **violação do art. 535 do CPC/73, não prospera o inconformismo, quanto ao ponto, em face da Súmula 182 desta Corte.**

IV. [...].

VIII. Agravo interno parcialmente conhecido, e, nessa parte, improvido.

(AgInt no AREsp 1170334/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/8/2019, DJe 22/8/2019.)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS

DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA. AUSÊNCIA DE AFRONTA A DISPOSITIVOS LEGAIS. RAZÕES DO AGRAVO QUE NÃO IMPUGNAM, ESPECIFICAMENTE, A DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ. ALEGADA OFENSA AO ART. 489 DO CPC/73. INEXISTÊNCIA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA, NOS MOLDES LEGAIS E REGIMENTAIS. ART. 541, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC/73 E ART. 255, §§ 1º E 2º, DO RISTJ. CONTROVÉRSIA RESOLVIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO PARCIALMENTE CONHECIDO, E, NESSA PARTE, IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão que julgara recurso interposto contra decism publicado na vigência do CPC/73.

II. [...].

III. Interposto **Agravo interno com razões que não impugnaram, especificamente, os fundamentos da decisão agravada** - quanto à ausência de afronta aos arts. 131, 135, I, 138, III, 165, 458 e **535 do CPC/73** e 27 do Decreto-lei 3.365/41 -, **não prospera o inconformismo, quanto ao ponto, em face da Súmula 182 desta Corte.**

IV. [...].

VII. Agravo interno parcialmente conhecido, e, nessa parte, improvido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1095391/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/5/2019, DJe 28/5/2019.)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPUGNAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 182. INCIDÊNCIA.

1. Ação de indenização por danos materiais e morais.

2. **Não merece conhecimento o agravo** que não impugna, especificamente, **todos os fundamentos da decisão denegatória de seguimento ao recurso especial.**

3. Agravo interno no agravo em recurso especial não provido.

(AgInt no AREsp 1535094/CE, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/11/2019, DJe 27/11/2019)

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator